

“A PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESENTES NAS REDAÇÕES DO ENEM 2015¹

Monize Yasmin Martins Araújo (UEA)

Profa. Dra. Claudiana Nair PothinNarzetti Costa (Orientadora)

RESUMO: A violência contra a mulher tem sido um tema muito discutido na sociedade no século XXI. Isso porque, por muito tempo, a mulher, além de ser considerada um “sexo frágil” e condicionada à uma submissão ao gênero masculino, busca e luta contra essa imposição social fruto de um tratamento machista e patriarcal. No Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015, esse tema foi abordado como proposta de redação intitulada “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, expondo discursos pessoais e apoiados, e sobretudo sugerindo intervenções acerca dos vários tipos de violência contra as mulheres no Brasil. O objetivo desta pesquisa foi investigar os discursos presentes nas redações nota 1000 do ENEM 2015. Para a análise desses discursos foram usados os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, desenvolvidos por Michel Pêcheux, buscando explicar essas posições implícitas dos candidatos do Exame no referido ano.

Palavras-chave: Análise do discurso francesa, violência contra a mulher, ENEM.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os discursos sobre a violência contra a mulher presentes nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizado no ano de 2015, cujo tema foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. A violência contra a mulher tem sido um objeto de debates, lutas e revoltas. As mulheres buscam voz e lutam pelos seus próprios direitos, defendendo que a violência, em seus vários tipos, não é mais aceitável em uma sociedade moderna e contemporânea. A escolha do tema deste artigo se deu pela curiosidade em saber os pontos de vista, através das ideologias materializadas nas redações, dos cidadãos sobre essa ainda condição da mulher na sociedade brasileira, uma vez que todos os anos inúmeros casos de mulheres vítimas do feminicídio e de agressões dos vários tipos ainda são reais no cotidiano feminino. Os discursos que se disseminam, sejam eles em defesa ou em culpabilização das mulheres, estão cada vez mais expostos e passíveis de análise. Devido a condição de assujeitamento ético/moral dos indivíduos que

¹O presente trabalho será apresentado à banca constituída por Orientador (a) Claudiana Nair PothinNarzetti Costa, Avaliador (a) 1: Aline Neves, Avaliador (a) 2: Elaine Andreatta, reunida nas dependências da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas, no dia 14/12/2018, às 9h.

forneceram os *corpus* deste artigo, é possível uma análise discursiva que evidencia esses pontos de vista mostrando como alguns encaram essa situação no Brasil.

Essa investigação dos discursos mobilizados por um grupo de sujeitos que possui formação escolar de nível médio, representa, portanto, um microcosmo da população brasileira. Especificamente buscou-se identificar: a. quais os discursos (religioso, político, moral, jurídico, cotidiano...) acerca da violência contra a mulher predominantes nas visões de mundo dos estudantes participantes do ENEM, como uma amostra da realidade brasileira; b. qual o interdiscurso, isto é, as relações interdiscursivas que se estabelecem nos discursos sustentados pelos estudantes; c. qual a natureza das propostas de intervenção presentes nos textos – sempre à luz da Análise do discurso e da perspectiva althusseriana que tange à organização da sociedade como um cenário da luta de classes e de poder.

Os estudos acerca da Análise dos Discursos presentes em textos (dissertativos, argumentativos, narrativos, entre outros) são amplos e motivos de uma criteriosa investigação sobre os tipos de manifestação e ideologia no campo textual escrito. A presente pesquisa tem como proposta a identificação dessa manifestação em termos de linguagem, discurso, exposição e posicionamento baseados no objeto – a língua –, e o estudo a partir de seu uso no texto dissertativo-argumentativo exigido no Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM. Considerando a proposta de redação do exame, em 2015, com tema abordado “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, a análise desses possíveis níveis discursivos expostos textualmente nas redações resulta em uma visão geral da noção de mundo dos indivíduos, seja em um âmbito político, religioso, psicológico ou pessoal, sobre a violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Na seção 1, são abordadas informações históricas e metodológicas das avaliações e exigências das redações do ENEM, especificando os parâmetros de surgimento e os que estão em vigor na correção das redações do Exame. Na seção 2, são apresentados os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (doravante AD) tal como elaborada por Michel Pêcheux, além dos principais conceitos abordados nas análises das redações. Na seção 3, detalhamos as análises e os resultados obtidos.

Vale evidenciar, para a relevância deste trabalho, a seleção de parâmetros para análise. Tais parâmetros buscam identificar os discursos que correspondam ao posicionamento dos candidatos em relação ao tema sem a interferência dos aspectos linguísticos exigidos no Exame, uma vez que as redações deste *corpus* foram nota

1000e retiradas da mídia, e, conseqüentemente, apresentaram um bom desempenho e cumprimento de todas essas disposições julgadas no ENEM.

1. Referencial teórico

1.1 A Análise do discurso francesa (AD)

Nascida na França na década de 1960, a Análise do Discurso na linha francesa tem como fundador Michel Pêcheux, um filósofo que promoveu um diálogo entre as ciências sociais e a linguística a fim de explicar o funcionamento do *discurso*. Essa vertente proposta por Pêcheux enxerga tal disciplina como um resultado do contexto científico, político e cultural francês na década de 60, em que há o tratamento constante por cientistas em torno do estruturalismo inaugurado a partir de Saussure, o retorno da teoria marxista através do trabalho de Louis Althusser e a retomada dos estudos sobre psicanálise a partir de Jacques Lacan. Se tratada a partir da sua emergência, pode-se dizer que houve um processo de crescimento para a AD se posicionar: “relação de continuidade, de desenvolvimento/aprofundamento, de retificação, de ruptura e de mudança de rumo” (NARZETTI, 2012, p. 20). Assim, a AD situou-se no contexto teórico e político francês abordando a linguística, as ciências humanas e sua relação com a filosofia e outras contribuições envolvidas diretamente na abordagem da AD.

De um lado, a AD se desenvolve através de outras correntes de estudos, como por Dubois, que era projetada como campo de pesquisa ligado à Linguística científica. Por outro lado, Pêcheux, que é o teórico básico deste trabalho, concebe a AD “estritamente ligada a uma teoria geral das ideologias, na linha aberta por Althusser, a qual abarcava uma reflexão filosófica muito particular sobre as ciências sociais” (NARZETTI, 2012, p. 32). Os primeiros passos de Pêcheux rumo à AD foram por meio de seus próprios estudos acerca das ciências sociais, mais especificamente através de um olhar filosófico e psicanalítico, abrindo espaço para uma explicação direta de como os processos de linguagem trabalhariam lado a lado com outras teorias, a fim de formar o campo da disciplina Análise do discurso.

A AD de linha francesa, por privilegiar um embasamento na teoria marxista, tem como preocupações a interpretação dos discursos com relação ao contexto social em que estão inseridos, e com relação à ideologia. Toda essa abordagem de Pêcheux tem base em três grandes contribuições, como já mencionado: a linguística, o marxismo

e a psicanálise. Na linguística, o uso da *língua* tal como Saussure propôs; o marxismo com o conceito de *ideologia* reformulado por Althusser; e acerca do sujeito e da ação do *Outro/inconsciente* como produtor do discurso, a contribuição da psicanálise de Lacan.

Sendo assim, tal como afirma Freire (2006), Marxismo e Linguística promovem o nascimento da AD na questão teórica no final dos anos 1960, cujo objetivo era partir da linguística e dos estudos linguísticos para explicar e trabalhar mais profundamente a questão política e social; pois Pêcheux aponta para uma teoria não-subjetiva do discurso, que rompe com as práticas superficiais de análise do texto, estudando-o de forma que se considere a ideologia, história e a própria língua.

1.2 Principais conceitos

1.2.1 Formação ideológica

A partir do texto de Pêcheux publicado em 1971, pode-se estabelecer um caminho para um conceito de formação ideológica que percorre as relações de classes sobrepostas em paralelo com a realidade:

“Considerando uma formação social, poderemos falar de uma **formação ideológica** para caracterizar um elemento suscetível de intervir, tal como uma força confrontada a outras, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem “individuais” nem universais”, mas que se referem mais ou menos diretamente a “posições de classe” em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 2017, p. 73).

A formações ideológicas são um conjunto de atitudes e “respostas” que representam a posição social de um indivíduo, e se estabelece como uma região ideológica onde se concentram as formações discursivas (de que trataremos a seguir). Isso porque esse constante diálogo entre as formações ideológicas pode manter relações de conflito ou também de apoio, materializando as ideologias do sujeito em seus discursos. Segundo Mussalim (2001, p.125) “uma formação ideológica comporta necessariamente mais de uma posição capaz de se confrontar uma com a outra. [...] elas podem entreter entre si relações de aliança ou também de dominação.”

1.2.2 Formação discursiva

Para Pêcheux (2017), as palavras mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva para outra. Isso se dá justamente considerando esses empregos e combinações, que refletem diretamente posicionamentos relacionados com uma determinada formação ideológica. Assim, é possível afirmar que as formações ideológicas comportam em seu interior, como componentes, “várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1971, p. 73) seja em formas concretas de comunicação escrita ou oral, através de paráfrases, fazendo com que uma formação discursiva (FD) seja a matriz de sentido e onde as palavras mudam de sentido por ser um conjunto de enunciados em relação à paráfrase. Sendo assim, uma formação discursiva só existe a partir de uma formação ideológica. Como define Pêcheux (1988) a partir de uma reformulação baseada na teoria marxista:

Formação discursiva [é] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob forma de um arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1988, p. 73) [Grifos do autor]

1.2.3 Discurso

Para Pêcheux o discurso funciona como uma materialização das ideologias existentes na sociedade. Todos os processos semânticos e pragmáticos que a linguística não dá conta, o discurso se encarrega de explicar. Esse discurso, cheio de vertentes internas que refletem fatos que não se relacionam apenas com a língua em si, está completamente dependente de toda uma formação pessoal do sujeito dentro de um sociedade. Isso porque, mesmo que o falante chegue a materializar um discurso – apenas usando signos linguísticos –, se não houver fundamentação social e ideológica, não haverá sentido.

É necessário, também, que não associe diretamente as deduções de que a língua desapareceu na teoria da AD. A língua é o objeto da linguística. Por esse motivo, a comunicação se concebe através dela, inclusive o próprio discurso aqui proposto e conceituado. O processo discursivo que ocorre através do uso da língua é fruto da base e do funcionamento dessa língua entre os sujeitos e as relações sociais. Todo esse

caminho que presencia as relações entre a prática desses conceitos acaba por explicar porque é possível que diferentes discursos possam ser elaborados sobre uma mesma língua (base linguística).

Em suma, o discurso, objeto da AD, é uma das materialidades da ideologia e é construído em uma dada língua. Enquanto determinado pela língua e pela ideologia, ele não é individual, mas social, sendo sempre produzido por sujeitos historicamente situados e a partir de condições de produção específicas que determinam a sua configuração, isto é, aquilo que pode e deve ser dito.

1.2.4 Sentido

O sentido de uma palavra, expressão ou enunciado, para AD, pode mudar dependendo da formação discursiva no qual está sendo empregado, como já dito anteriormente. Mussalim (2001) afirma que, para a AD, o sujeito em si não é o mais importante; o que realmente está em questão é o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. Uma vez que o sentido vai se construindo de acordo com o próprio discurso, portanto, não existe sentido em si, pois “ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre formações discursivas que compõem o interdiscurso” (MUSSALIM, 2001, p. 132).

Desse modo, o sentido, na perspectiva da AD, é sempre condicionado e previsto pelas forças ideológicas colocadas em jogo na forma de materialização dele. Outra forma de compreender como o discurso ganha sentido, é imaginar um caminho de escrita, reescrita e reutilização desses discursos em forma de paráfrases, de maneira que esse sentido vá sendo evidentemente estabelecido de diferentes jeitos ao passar pelas possíveis formações discursivas. Assim, “o sentido é um efeito da substituibilidade das expressões, onde o conjunto delas pode produzir um efeito de referências a objetos do mundo a partir de uma visão entre outras, que pode ser tudo, menos “objetiva” (POSSENTI, 2011, p. 371-372).

1.2.5 Interdiscurso

Outro importante conceito da AD é o de interdiscurso. Para Freire (2006), o interdiscurso pode ser considerado como uma memória discursiva, e é o espaço ideológico onde se “desenvolvem as formações discursivas em função de dominação, subordinação, contradição” (FREIRE, 2006, p. 91). Toda FD tem uma dependência do interdiscurso, pois é ele que fornece os pré-construídos para cada uma delas.

Em dado momento da AD, mais especificamente no que pode-se chamar de AD-2², é possível afirmar que o discurso oriundo da interpelação do sujeito se dá através de uma FD que independe das condições dominantes gerais. A partir disso, surge o interdiscurso como forma de trabalhar esse discurso comoprodutode outros discursos, como afirma Mussalim (2001), “será a relação interdiscursiva, portanto, que estruturará a identidade das FDs.” Nesse sentido, é possível dizer que ao se apropriar de um discurso, um sujeito passa por esquecimentos (PÊCHEUX; FUCHS, 1975), tanto de que é um sujeito ideológico, quanto de que há um inconsciente que define a materialidade linguística, ou seja, falada ou escrita, que poderia ser não dita ou dita de forma diferente.

Portanto, o interdiscurso funciona como uma memória discursiva, como um reflexo de outros discursos. Sendo assim, se constitui a partir do uso de outros discursos de forma complexa, passando pelo inconsciente e por um conjunto complexode formações discursivas em relação de aliança, confronto e dominação-subordinação.

1.2.6 Pré-construído

Outro conceito extremamente importante dentro do interdiscurso, é o do pré-construído, que pode ser considerado como uma reformulação da noção semântica de pressuposição e também como a matéria-prima do discurso, uma vez que é a marca de um discurso anterior simulando a dependência de uma formação discursiva em um já dito. Para Possenti (2005), o pré-construído é um traço, no discurso, de um dito anterior, que produz efeito de evidência. Seria, por um lado, o que já foi dito, e por outro, o que é uma verdade independente para uma FD. Nos enunciados, os pré-construídos se opõem ao construído, aparecendo como evidência na sustentação da contradição ou da aliança de uma determinada FD com outra.

1.3 Aparelho Repressivo do Estado (ARE) e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)

A investigação que determina as condições de representação social parte do pressuposto de Althusser (1970) de que as ideologias têm existência material, ou seja, relações de produção que são reproduzidas a partir da materialização em conjunto.

² Sobre as fases da AD, ver Mussalim (2001, p. 118).

A ideologia, conceituada mais profundamente por Althusser, é parte da superestrutura da sociedade, que determina o modo de produção da sua infraestrutura. A ideologia funciona então como um modo de apreensão de poder, considerando que “os sujeitos não têm o conhecimento total e amplo dessa estrutura” (NARZETTI, 2012, p. 49). Sendo assim, Althusser retoma a teoria marxista sobre ideologia para chamar de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) as organizações ideológicas onde ocorre uma luta de classes, como a família, escolas, igrejas, partidos, imprensa e sindicatos. Essas instituições têm como maior aparelho ideológico a escola, que para Althusser, perpetua as ideologias da classe dominante. Para o autor, o Aparelho Repressivo do Estado (ARE) é o agente que entra em ação quando os indivíduos não obedecem à classe dominante, funcionando por meio da violência – através da polícia, de prisões, tribunais, forças armadas, etc. –, e garantindo que a ideologia dominante seja seguida por todos.

2. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

2.1 Contextualização sobre o ENEM

Em meados da segunda metade do século XXI, a educação brasileira começou vivenciar uma crescente mudança em seu contexto social. Em 1970, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) instituiu que o ensino obrigatório seria de 8 anos sequenciais, juntando os anos primários com os anos secundários e estabelecendo uma divisão de ensinos, que hoje chamamos de ensino Fundamental I, II e Ensino Médio. Nos anos posteriores, houve uma crescente nas matrículas, pois esse sistema acabou dividindo também, ainda que de forma obrigatória, o Ensino Médio como forma de profissionalização. Em 1980, houve uma queda no número de matrículas em escolas regulares, devido à baixa qualidade de ensino por conta da impulsiva implantação do sistema. O crescimento voltou a ser percebido em 1990, quando as aprovações no nível fundamental foram mais positivas e influenciaram na conclusão desse nível para então chegar ao Ensino Médio. Segundo Bispo (2015) o fluxo escolar no Brasil começou a se manter crescente mesmo em 1990, com o aumento da preocupação em implementar políticas educacionais, como as Leis de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 e a expansão da tecnologia como aliada da educação com inovações de produção ligadas diretamente à metodologias de ensino.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi implantado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, juntamente com outros sistemas de avaliação de ensino como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com objetivo de avaliar o perfil dos concluintes do Ensino Médio e condicionar o currículo do Ensino Médio da escola brasileira, de forma que articulasse seus conhecimentos adquiridos na escola com suas relações para com a sociedade e as obrigações da escola para com a ministração dos conteúdos. A prova do ENEM, desde sua primeira efetuação, considera uma eficácia na aplicação de conteúdos ricos em conhecimentos científicos, de mundo e articulados com desafios sociais de maneira que seja possível traçar um diagnóstico educacional geral dos alunos que estão concluindo a educação básica.

O ENEM busca avaliar competências que sirvam como parâmetro para melhorias no ensino dessa modalidade. A partir desse parâmetro, torna-se possível traçar meios de aplicar conteúdos e somar na expansão de alunos que aprendam coisas que realmente são importantes, desvinculando-se de uma obrigatoriedade apenas curricular de conteúdo. As 5 competências avaliadas no ENEM são, de acordo com o Manual de Redação, 1) domínio da língua portuguesa, domínio das linguagens específicas das áreas matemática, artística e científica; 2) aplicação de conceitos para a compreensão de fenômenos naturais, processos histórico-geográficos, produção tecnologia e manifestações artísticas; 3) utilização de dados e informações para tomada de decisões diante de situações-problema; 4) construção de argumentação constante; 5) capacidade de elaboração de propostas de intervenção na realidade, respeitando valores humanos e considerando a diversidade sociocultural do país.

De forma direta, o ENEM tem possibilitado ver os resultados da reforma do Ensino Médio a partir da análise e da cobrança de aplicação dos conhecimentos que foram disponibilizados depois da mudança que houve em 1990. Desde 2009, o ENEM passou a ser um exame que diagnostica e possibilita o ingresso em instituições de ensino superior por todo o Brasil e em alguns países no Exterior, isso porque, hoje, consegue abranger todas as competências que ultrapassam os limites de obrigatoriedade curricular e proporciona um instrumento indutor de mudanças, tanto no ensino médio, que se adequa às suas exigências, quanto no cenário social e educacional brasileiro, já que segue por um caminho muito amplo no que diz respeito aos saberes humanos.

2.2 Redações do ENEM

A partir das competências que servem de base para o diagnóstico que o ENEM suporta, é possível afirmar que todas as disciplinas ofertadas na educação básica regular estão sob avaliação do ENEM. Dessa forma, a língua portuguesa e seu leque de práticas linguísticas – no sentido escrito –, está presente de forma total nas abordagens do exame. A redação, por exemplo, como produção de total autonomia, importância e de caráter eliminatório no exame, exige que seja aplicado de uma só vez a articulação da maioria das competências e habilidades do aluno, uma vez que exige conhecimentos linguísticos da língua portuguesa e conhecimentos de mundo para tanger considerações, opiniões e propostas de cunho social.

A prova de redação do ENEM exige a produção de um texto dissertativo-argumentativo, em prosa, que abranja algum tema ligado à sociedade – dado no escopo de apoio da prova-, apoiada em uma sustentação de argumentos, bom desempenho textual e uma intervenção positiva para o problema dado sobre o determinado assunto social. Dentro da estrutura, a redação deve ser elaborada de forma sequencial, dentro dos parâmetros textuais, como introdução, desenvolvimento e conclusão, com no mínimo 7 linhas e no máximo 30, sujeito à eliminação e/ou perda de pontuação. A prova vale de 0 a 1000 pontos, e como já mencionado, é de considerável peso na pontuação geral do exame.

A partir da cartilha do ENEM disponível no site do INEP, as competências avaliadas na prova de redação são 1) demonstrar domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa; 2) compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa; 3) selecionar, organizar e interpretar informações fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; 4) demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; 5) elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Anualmente, os temas da redação são propostos de forma que abordem fatos sociais, a fim de instigar a produção de um texto de cunho argumentativo. Junto à prova de redação, o participante do exame recebe um texto de apoio, que serve como base ou entre meio de pensamentos e construção das ideias que serão expostas. Os temas da redação, por serem ligados a assuntos sociais, devem ser colocados no desenvolvimento do texto de forma que não atinja negativamente os Direitos Humanos, sujeito a atribuição de nota zero na prova de redação, conforme o Manual de Redação do ENEM.

Com temas sempre ligados a assuntos que são pauta de debates sociais, o ENEM trouxe em 2014 o tema “*Publicidade infantil em questão no Brasil*”; em 2015 “*A Persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira*”; em 2016 “*Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil*”; em 2017 “*Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil*”; e em 2018 “*Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet*”. Nesse cenário de temas sociais, e exigência de respeito aos Direitos Humanos se dá principalmente pelo campo de inúmeras possibilidades de discursos apresentados como argumentos e propostas de intervenção no desenvolvimento da redação.

Desde 2013, as provas de redações estão também sobre os métodos de avaliação que cumprem 1) a anulação de redações que tragam “parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto”; e 2) o tratamento como “excepcionalidade” de desvios gramaticais desde que “não caracterizem reincidência”. (BRASIL, 2013). Sendo assim, os textos dissertativos-argumentativos devem seguir os parâmetros exigidos pelo exame, ainda que exponham discursos em diferentes matrizes de elaboração, ponto de vista e grupos sociais.

3. Os discursos sobre a violência contra a mulher em redações do ENEM

3.1 Metodologia

O corpus deste trabalho foi composto por 14 redações nota 1000 do ENEM-2015, cujo tema foi “*A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira*”. Essas redações foram coletadas em dois sites: nove delas foram coletadas no site jornalístico do G1, que publicou as redações cedidas pelo próprios candidatos, fornecendo nome, foto e parte da folha de rascunho da redação para comprovação; e as outras cinco redações estão disponíveis no site do INEP, precisamente na cartilha do participante do ENEM-2016, e com comentários dos corretores acerca do desempenho e das competências analisadas na avaliação. Para o fim deste trabalho, os comentários presentes nessa cartilha disponibilizada pelo INEP sobre as 5 redações não foram utilizados, considerando que são comentários pautados nas competências e critérios avaliados nos textos e exigidas pelo Exame, que justificam as notas 1000. Essa irrelevância para este trabalho se dá por conta do viés discursivo, e não textual, que foi analisado nas redações.

A primeira etapa da análise consistiu em uma leitura dos textos em sua linearidade, com o intuito de fazer uma análise linguística e de conteúdo das redações. Desse modo, foram observados alguns aspectos das redações partindo da introdução, do desenvolvimento e da conclusão. Nesse momento, foram buscadas regularidades no corpus – isto é, enunciados em relação de paráfrase e outras semelhanças entre os discursos materializados nas redações. Na introdução, buscou-se identificar como o tema era introduzido pelos estudantes: especialmente a abordagem do tema.

No desenvolvimento, buscou-se identificar, em primeiro lugar, qual a delimitação dada ao tema (se as causas, as consequências...), bem como os argumentos e/ou dados baseados nos textos de apoio que comprovem a persistência da violência; observou-se também os posicionamentos acerca do tema, se os candidatos expuseram-no em forma de uma indignação ou da constatação de fatos (uma suposta objetividade). Levantou-se os tipos de violência mencionados nos textos, considerando que há uma menção dos tipos de violência que persistem na sociedade brasileira em um dos textos de apoio; as menções identificadas foram quantificadas.

Por fim, no parágrafo de conclusão, foi identificada a natureza das propostas de intervenção, se são sugeridas por meio de uma medida positiva que coloca a responsabilidade em escolas, ONGs, instituições privadas e projetos sociais que, de acordo com Althusser (1970), são Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante AIEs), e/ou se por uma medida punitiva através de ações mais rigorosas por parte do Governo, Poder Legislativo e Poder Judiciário que, segundo o referido autor, constituem o Aparelho Repressivo do Estado (ARE).

No segundo momento da análise, os dados adquiridos a partir do primeiro momento foram interpretados à luz dos conceitos da Análise do discurso, como informado anteriormente, a fim de coletar evidências discursivas e justificadas por conceitos da disciplina.

3.2 Os discursos acerca da violência contra a mulher

Nas introduções das redações, o tema foi posto como efeito de uma sociedade historicamente ancorada em uma cultura que inferioriza a mulher em vários âmbitos, essa colocação foi feita de duas maneiras. Na primeira, os candidatos fizeram uso de

citação direta de enunciados do campo científico e/ou filosófico para apoiar a tese de que a sociedade atual é um reflexo das ideologias que regeram a organização das sociedades dos séculos passados: “*de acordo com o sociólogo Émile Durkheim [...]*” (R1); “*Historicamente, o papel feminino nas sociedades ocidentais foi subjugado aos interesses masculinos e tal paradigma só começou a ser contestado em meados do século XX, tendo a francesa Simone de Beauvoir como expoente*” (R2). Na segunda maneira, os candidatos se apoiaram em acontecimentos históricos para sustentar que a violência contra a mulher tem antigas raízes ideológicas, sem citação direta a algum discurso filosófico, mas amparando o tópico introdutório de que, mesmo com as leis e com as conquistas femininas na sociedade contemporânea, há uma persistência nessa ideologia patriarcal e machista: “*o Brasil cresceu nas bases paternalistas da sociedade europeia, visto que as mulheres eram excluídas das decisões políticas e sociais, inclusive do voto*” (R3); “*o feminismo é o movimento que luta pela igualdade social, política e econômica dos gêneros. Hodiernamente, muitas conquistas em prol da garantia dessas igualdades já foram alcançadas – a exemplo do direito ao voto para as mulheres, adquirido no Governo Vargas*” (R5); “*a submissão da mulher em uma sociedade patriarcalista como a brasileira é um fato que tem origens históricas*” (R7); “*pode-se analisar que essa problemática persiste por ter raízes históricas e ideológicas*” (R11).

Ao longo de todas as introduções, foi apresentada uma maneira de abordar o tema sempre concordando com a proposta de que a violência persiste. Portanto, concluiu-se que há uma regularidade, em termos de semelhança na objetividade e organicidade, nas catorze redações analisadas. Todos os estudantes se preocuparam em apresentar um cenário histórico para as causas/consequências da violência contra a mulher, ora se apoiando em um discurso alheio (de teóricos), ora afirmando diretamente que o problema da violência tem raízes históricas.

Todos os desenvolvimentos apontam as causas da violência contra a mulher. Nas catorze redações, os candidatos apresentaram razões que sustentam que a violência persiste por conta de uma sociedade que tende a ser dominada por ideologias que favorecem o sexo masculino, “*devido a postura machista da sociedade*” (R3); “*a cultura machista prevaleceu ao longo dos anos a ponto de enraizar-se na sociedade contemporânea*” (R9). A maioria abordou as causas de uma maneira abrangente,

atrelando-as à cultura do machismo e a uma ideologia patriarcal, coma mulher sendo concebida como ser inferior e, portanto, suscetível à violência.

Todas as argumentações abordam os tipos de violência de forma genérica, fazendo apenas uma menção exemplificativa a respeito de um tipo específico, sem desenvolver os argumentos, se limitando a um ou dois determinados tipos de violência contra a mulher. Considerando que os textos de apoio diferenciam esses tipos de violência, não foi possível observar isso nas redações, pois elas tratam desses tipos de uma forma geral, citando vez ou outra a violência sexual ou em forma de misoginia, mas ainda dentro de uma violência genericamente abordada: “*o pensamento conservador, machista e misógino é fruto do patriarcalismo e deve ser combatido a fim de impedir a violência contra aquelas que historicamente sofreram e foram oprimidas*”(R4, grifo nosso).

Sete das redações têm as argumentações pautadas em uma violência física que persiste na sociedade de forma crescente. As outras seis se limitam em abordar a violência psicológica, onde duas exploram-na como consequência de uma agressão física. Outro tipo de violência está presente em duas redações: a violência simbólica. Em uma delas juntamente com a menção à violência física, e na outra sendo incorporada como um ato geral de agressão às pessoas, nesse caso, à mulher: “*Além disso, a continuidade de práticas violentas contra a mulher é favorecida pelo que o pensador Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica. Nesse tipo de violência, a sociedade passa a aceitar como natural as imposições de um segmento social hegemônico [...]*”(R10, grifo nosso); nessa redação o candidato se limitou a essa classificação de violência para se referir a uma ampla forma de violentar as mulheres na sociedade. Outro exemplo da menção dessa violência é: “*essa é a opressão simbólica da qual trata o sociólogo Pierre Bordieu: a violação aos Direitos Humanos não consiste somente no embate físico, o desrespeito está – sobretudo – na perpetuação de preconceitos que atentam contra a dignidade da pessoa humana ou de um grupo social*” (R2). Sendo assim, não há uma abordagem mais aprofundada dos diferentes tipos de violência contra a mulher em nenhuma redação. O que mostra que os candidatos, nesse quesito, não se prenderam ou não expandiram a abordagem da violência contra a mulher de uma forma mais detalhada, mesmo que os textos de apoio diferenciem esses tipos de violência e apresentem dados a respeito de cada uma delas.

Com relação às propostas de intervenção, foi elaborada uma categorização à luz dos conceitos propostos por Althusser (1970) de Aparelhos Ideológicos do Estado e do Aparelho Repressivo do Estado. Doze redações propuseram intervenções voltadas para o ARE através de leis mais rigorosas, aumento de punição dos agressores e severidade nas delegacias especializadas quanto ao recebimento de denúncias; essas também propuseram intervenções por meio dos AIEs: foram sugeridas promoção de uma conscientizaçãoda população através de palestras educacionais em escolas e ONGs, debates sobre igualdade de gênero, além de uma conscientização pela via da mídia, incentivando uma sociedade humanizada e igualitária. Uma das redações propôs por meio apenas dos AIEs, e outra somente por meio do ARE, totalizando duas redações que se mantiveram exclusivamente a um dos aparelhos. Todas as catorze redações têm essa regularidade nas propostas de intervenção, onde há uma sugestão ou por via da ideologia e outra por via da repressão, formando uma aliança entre os dois tipos de aparelho. Sendo assim, os aparelhos ideológicos analisados são: escola, mídia (que Althusser (1970) chamava de imprensa)e ONGs. Já o Aparelho repressivo é representado pelas delegacias e prisões.

Encontrou-se também uma outra regularidade no discurso presente no corpus – os AIE familiar e religioso não foram elencados como lugares das ações de intervenção. Pode-se concluir que, nesse discurso, não se cogita que família e igreja tenham um papel importante na mudança das relações que afetam a situação da mulher denunciada nas redações.

Tínhamos como um dos pontos de análise da pesquisa observar se o tratamento do tema dado aparecia sob a forma da constatação ou da indignação. Em uma das redações, pôde-se notar uma certa indignação através de um tom mais crítico, como por exemplo “*ela se revela não apenas na brutalidade dos assassinatos, mas também nos atos de misoginia e ridicularização da figura feminina em dito populares, piadas ou músicas*”(R2). Nesse caso, a menção de um tipo de violência justifica que as mulheres também são afetadas em uma esfera midiática, e expõe um possível posicionamento doestudante em relação às músicas e ao retrato das mulheres culturalmente determinado.Pode-se concluir, entretanto, que na maioria das redações há um tom de constatação de fatos, marcado por uma “neutralidade” em relação ao tema. Todos apresentam as causas da persistência da violência contra a mulher: nas catorze redações há um mesmo posicionamento colocado através da factualidade, e que está em torno um

motivo: uma sociedade, em massa, machista e patriarcal. Alguns enunciados do corpus ilustram essa conclusão: *“A cultura machista em que estamos inseridos dissemina valores como a culpabilização da vítima: muitas vezes a mulher se cala porque pensa que é culpada pela violência que sofre”* (R6); *“Dessa forma, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados, por estarem dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado”* (R11).

Em suma, o discurso presente nas redações do ENEM 2015 é de que a violência contra a mulher provém de uma sociedade patriarcal e machista; e de que ela ainda acontece na sociedade atual mais do que deveria acontecer. O discurso sustentado não concorda com essa violência—defende que ela deve ser combatida e punida. A mulher não é tida como aquela que merece ou que é culpada pela violência; o problema está nos homens e na sociedade patriarcal.

3.3 Relações interdiscursivas

Como dito mais acima, todo discurso tem uma dependência do interdiscurso, isto é, ao conjunto de formações discursivas que entretém relações de aliança, confronto e dominação-subordinação. Em outras palavras, todo discurso se constitui sempre em relação a outros e nunca independentemente deles, que lhes fornecem tanto objetos de discurso (seus “temas”) quanto pré-construídos. Nesse sentido, um dos objetivos da pesquisa era apontar a presença de discursos religiosos, morais, éticos, políticos ou jurídicos no corpus e suas formas de relação.

Notou-se, entretanto, a presença de discursos que não estiveram nas hipóteses iniciais do projeto – o discurso científico e o filosófico. Os autores das redações fizeram constantes citações de teóricos dos campos da ciência e da filosofia para apoiar as suas argumentações. Isso indica que o discurso sobre a persistência da violência contra a mulher entretém relações de aliança com esses discursos. O discurso presente no corpus mobiliza os discursos científicos e filosóficos para explicar que a atual situação da mulher na sociedade é fruto de uma condição histórica: *“A crença na subalternidade feminina é construída socialmente. A filósofa Simone de Beauvoir corrobora isso ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”* (R10). Essa recorrência no uso de citação científica está em uma tentativa positiva de relacionar pré-construídos com as

argumentações e/ou nas justificativas plausíveis de por que a violência contra a mulher persiste. Outros enunciados do corpus são: “*um dos conceitos filosóficos de Francis Bacon, que declara o comportamento humano como contagioso, se aplica perfeitamente à situação.*” (R12); “*A história da humanidade é a história da luta... das mulheres. Karl Marx, filósofo e sociólogo alemão, baseou seu pensamento na extinção gradual das classes sociais e das diferenças presentes na sociedade moderna*” (R14). Portanto, o discurso sustentado nessas redações está em relação de aliança com o discurso científico e, por sua vez, em relação de confronto e oposição a discursos e práticas machistas de uma sociedade patriarcal, mantendo-se um distanciamento e uma rejeição a esses discursos e práticas.

Quanto aos discursos morais/éticos, é possível dizer que a violência contra a mulher é concebida como um ato extremamente negativo na sociedade: todas as redações expressaram uma rejeição à violência contra a mulher em âmbito geral. As argumentações condenam o machismo e o patriarcalismo, confirmando uma regularidade na não concordância com esses atos na base da sociedade.

Ao longo das análises, não foi encontrado nenhum tipo de relação com discursos religiosos no corpus. Com relação à presença do discurso jurídico, este não esteve presente na abordagem das causas ou consequências da persistência da violência contra a mulher, mas na abordagem das propostas de intervenção, quando os candidatos sugerem a colaboração dos agentes públicos com leis mais severas e com um incentivo à celeridade nas delegacias.

3.4 Homogeneidade e contradição

Conforme a AD, o sujeito sustenta certos discursos a partir da posição que ele ocupa na sociedade (em uma de suas classes), e do lugar de onde enuncia. Assim, conforme ele ocupa um lugar, ele sustenta um discurso que poderia ser diferente em outra posição do sujeito. Como consequência, os discursos podem ser internamente contraditórios. No corpus, alguns dados que evidenciam certas contradições foram identificados.

Conforme exposto, identificou-se um discurso homogêneo acerca da violência contra a mulher e da sua persistência na sociedade. No entanto, essa homogeneidade é

desfeita em algumas ocasiões: nota-se que um discurso outro irrompe timidamente por meio de certas palavras e expressões “estranhas” ao discurso sustentado.

Observe-se o seguinte enunciado: “*alguns privilégios são necessários para garantir a integridade física e moral da vítima, como a Lei Maria da Penha [...]*” (R4). A palavra “privilégio” se refere à Lei que ampara as mulheres em caso de agressão. A mesma relação com a Lei Maria da Penha aparece em outro enunciado, porém de forma diferente “*é importante sinalizar que, ainda que leis como a “Maria da Penha” tenham contribuído bastante para o crescimento do número de denúncias relacionadas à violência [...]*” (R8). A contradição observada no enunciado de (R4) se dá pela escolha da palavra “privilégio”, uma vez que ela não pertence ao discurso dominante no corpus.

Outro trecho que denuncia essa possível contradição no discurso sustentado no corpus é: “*Geralmente, as mulheres aceitam a dominação e, no viés de Max Weber, só há dominação se houver aceitação*” (R14). A mulher é tratada como culpada mesmo que o enunciado não afirme isso de modo explícito. A partir disso, é possível predizer a existência de elementos de um discurso machista emergindo na homogeneidade desse discurso, fazendo com que haja o apagamento do sujeito que não se apoia no pressuposto e que revela ali o não dito, ou melhor, o que não pode ser dito.

Na AD, os sujeitos não são tidos como plenamente conscientes de suas escolhas; o que pensam, dizem e fazem é determinado por estruturas como a ideologia e o inconsciente cuja existência eles desconhecem. No entanto, os sujeitos atuam socialmente com algum nível de consciência e de estratégias. No caso de redações de um exame institucional como o ENEM, que muitas vezes é um critério para a entrada em cursos universitários, os estudantes sabem o que pode e deve ser dito e o que não pode e não deve ser dito, tanto em função das regras do exame (como por exemplo, o respeito aos direitos humanos), como em função da imagem que têm dos professores que avaliam as redações (e do que estes gostariam de ler nas redações).

Possivelmente devido à interdição do que se pode ou não dizer nesse tipo de texto, que segue certos padrões, o real discurso do candidato não pôde de fato ser concretizado nessa situação de enunciação. Essas evidências discursivas não são encontradas de modo explícito na superfície do texto; ou se são, como no caso da palavra privilégio, elas só aparecem assim de modo indireto.

Considerando que, nessa condição de redação nota 1000, os candidatos não podem discordar do tema oferecido, pode-se dizer que eles são levados a sustentarem discursos que a banca examinadora considere em concordância com as competências exigidas. Sendo assim, há enunciados interditados nas redações, que exprimem um ponto de vista formado no centro das formações ideológicas dos autores, quaisquer que sejam, mas que não podem ser colocados nem como forma de argumentação, nem como objeto de intervenção.

Um exemplo dessa interdição não tão visível na superfície linguística é o seguinte enunciado: “*Não se deve esquecer que as atitudes femininas são sutis, levando-as a questionarem o poderio de uma denúncia a uma delegacia de polícia mais próxima*”(R14). Esse truncamento sintático materializa o que não se pode dizer na determinada posição, em forma de uma sequência rompida que sutilmente sai do sentido do texto. Essa falta de sentido pode revelar um outro discurso não necessariamente concorde com o tema proposto, uma vez que, como já mencionado, o candidato deve emitir seu discurso através de sua posição, nesse caso como candidato do ENEM.

Nas catorze redações analisadas, não se falou da violência da mulher contra a mulher, ainda que a persistência dela seja originada no machismo e no patriarcado. O homem é sempre o agente da violência contra a mulher. Isso prova que a ampla possibilidade de abordagem discursiva existente nesse tema específico proposto pelo Exame não é explorada, uma vez que os textos de apoio não limitam o candidato a sustentar uma argumentação somente pautada na violência contra a mulher praticada por homens, companheiros, progenitores ou qualquer outro que possua relação ou “poder” sobre a mulher.

Considerações Finais

Diante do exposto, pode-se dizer que o discurso das redações é homogêneo, porque em todos eles a violência contra a mulher persiste, são apresentadas causas e há uma generalização das causas: a persistência da ideologia patriarcal e machista da sociedade brasileira. Além disso, nesse discurso a violência é rejeitada e defende-se que seja suprimida pela sociedade. Entretanto, não se pode deixar de levar em consideração, para o fim do objetivo desse trabalho, que apesar da homogeneidade encontrada na análise, há pontos de desestabilização dessa homogeneidade.

Uma das hipóteses que tínhamos neste trabalho, era a de que um discurso religioso apareceria de forma recorrente nas redações, funcionando através de um interdiscurso evidente e justificado através de discursos bíblicos em relação à submissão da mulher ao homem. Isso considerando as raízes religiosas da sociedade brasileira, que de certa forma refletem a ideologia patriarcal. Entretanto, como já mencionado, a base para apoiar os discursos presentes nas redações foi uma relação interdiscursiva com os discursos filosóficos e científicos.

Pode-se concluir que o discurso dominante no corpus parecem derivar de uma FD que poderia ser considerada progressista, não concordando com a violência contra a mulher e admitindo que o problema da persistência está em uma sociedade ideologicamente machista, que precisa mudar. Por outro lado, pode-se interpretar, à luz do conceito de condições de produção do discurso, que há pontos de contradição interna a esse discurso, como a presença de elementos de um outro discurso – aquele em que a mulher ainda aparece como culpada ou responsável pela sua condição na sociedade atual e como aquela a quem se concederam privilégios – revelam a força desse outro discurso que tende a aparecer mesmo quando ele deve ser esquecido- apagado.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 1ª ed, Lisboa: Editorial Presença, sem data de publicação, p. 98-99.

DE CASTRO, Maria Helena; TIEZZI, Sérgio. *A reforma do ensino médio e a implantação do ENEM no Brasil*. Desafios da Educação no Brasil, 2004.

DA SILVA, Leilane; KO, FREITAG, Raquel. (Orgs.) *Linguagem, interação e sociedade: Diálogos sobre o ENEM*. Vol. 2. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

FREIRE, Sérgio. *Conhecendo Análise de Discurso: Língua, Sociedade e Ideologia*. Manaus: Valer, 2006

GREGOLIN, Maria do Rosário. KOGAWA, João Marcos. (org). *Análise do Discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

INEP: Conheça o ENEM. Disponível em: https://enem.inep.gov.br/#/antes?_k=/13hCW. Acesso em: 19/07/2018 às 23h55

INEP. Redação do ENEM 2016. Cartilha do Participante. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf Acesso: 22/06/2018 às 15h26

INEP. Respeitos aos direitos humanos na redação do ENEM 2015. Disponível em: inep.gov.br/web/guest/enem_outros_documentos Acesso em: 21/07/2018 às 15h17

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 2: 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.p. 101-141

NARZETTI, Claudiana. *O projeto teórico de Michel Pêcheux: de uma teoria geral das ideologias à análise do discurso*. São Paulo: Annablume; Manaus: Fapeam, 2012.

PÊCHEUX, Michel. FUCHS, Catherine. *A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas* IN GADET, F. HAK, T. (Org.). *Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.p. 157-185.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice. *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 63-75.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: Um caso múltiplas rupturas. IN: BENTES, Anna C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. V. 3. São Paulo: Cortez, 2011. p. 353-392

Redação no Enem: *Leia textos que tiraram nota mil em 2015*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/leia-redacoes-do-enem-2015-que-tiraram-nota-maxima.ghtml> Acesso em: 07/10/2017 às 16h48

SILVEIRA, Fernando; BARBOSA, Marcia; DA SILVA, Roberto. *Uma Análise Crítica*. Rev. Bras, Ensino Fís. Vol 37. n. 1. São Paulo. Março, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbef/v37n1/1806-1117-rbef-S1806-11173710001.pdf> Acesso em: 25/06/2018 às 13h25

Anexos

Anexo 1 – Proposta de redação



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

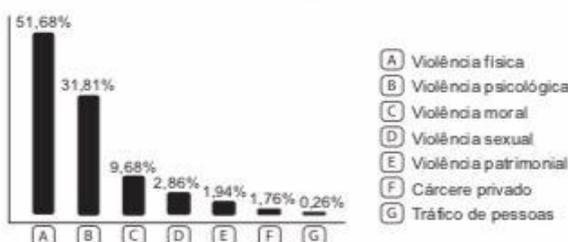
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Balanco 2014*. Central de Atendimento à Mulher. Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na *Lei Maria da Penha*, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4%
de processos julgados

9.715
prisões em flagrante

1.577
prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Anexo 2 - Redação 1 (R1)

Parte desfavorecida

De acordo com o sociólogo Émile Durkheim, a sociedade pode ser comparada a um “corpo biológico” por ser, assim como esse, composta por partes que interagem entre si. Desse modo, para que esse organismo seja igualitário e coeso, é necessário que todos os direitos dos cidadãos sejam garantidos. Contudo, no Brasil, isso não ocorre, pois em pleno século XXI as mulheres ainda são alvos de violência. Esse quadro de persistência de maus tratos com esse setor é fruto, principalmente, de uma cultura de valorização do sexo masculino e de punições lentas e pouco eficientes por parte do Governo.

Ao longo da formação do território brasileiro, o patriarcalismo sempre esteve presente, como por exemplo na posição do “Senhor do Engenho”, conseqüentemente foi criada uma noção de inferioridade da mulher em relação ao homem. Dessa forma, muitas pessoas julgam ser correto tratar o sexo feminino de maneira diferenciada e até desrespeitosa. Logo, há muitos casos de violência contra esse grupo, em que a agressão física é a mais relatada, correspondendo a 51,68% dos casos. Nesse sentido, percebe-se que as mulheres têm suas imagens difamadas e seus direitos negligenciados por causa de uma cultura geral preconceituosa. Sendo assim, esse pensamento é passado de geração em geração, o que favorece o continuismo dos abusos.

Além dessa visão segregacionista, a lentidão e a burocracia do sistema punitivo colaboram com a permanência das inúmeras formas de agressão. No país, os processos são demorados e as medidas coercitivas acabam não sendo tomadas no devido momento. Isso ocorre também com a Lei Maria da Penha, que entre 2006 e 2011 teve apenas 33,4% dos casos julgados. Nessa perspectiva, muitos indivíduos ao verem essa ineficiência continuam violentando as mulheres e não são punidos. Assim, essas são alvos de torturas psicológicas e abusos sexuais em diversos locais, como em casa e no trabalho.

A violência contra esse setor, portanto, ainda é uma realidade brasileira, pois há uma diminuição do valor das mulheres, além do Estado agir de forma lenta. Para que o Brasil seja mais articulado como um “corpo biológico” cabe ao Governo fazer parceria com as ONGs, em que elas possam encaminhar, mais rapidamente, os casos de agressões às Delegacias da Mulher e o Estado fiscalizar severamente o andamento dos processos. Passa a ser a função também das instituições de educação promoverem aulas de Sociologia, História e Biologia, que enfatizem a igualdade de gênero, por meio de palestras, materiais históricos e produções culturais, com o intuito de amenizar e, futuramente, acabar com o patriarcalismo. Outras medidas devem ser tomadas, mas, como disse Oscar Wilde: “O primeiro passo é o mais importante na evolução de um homem ou nação.”

Anexo 3 – Redação 2 (R2)

Violação à dignidade feminina

Historicamente, o papel feminino nas sociedades ocidentais foi subjugado aos interesses masculinos e tal paradigma só começou a ser contestado em meados do século XX, tendo a francesa Simone de Beauvoir como expoente. Conquanto tenham sido obtidos avanços no que se refere aos direitos civis, a violência contra a mulher é uma problemática persistente no Brasil, uma vez que ela se dá- na maioria das vezes- no ambiente doméstico. Essa situação dificulta as denúncias contra os agressores, pois muitas mulheres temem expor questões que acreditam ser de ordem particular.

Com efeito, ao longo das últimas décadas, a participação feminina ganhou destaque nas representações políticas e no mercado de trabalho. As relações na vida privada, contudo, ainda obedecem a uma lógica sexista em algumas famílias. Nesse contexto, a agressão parte de um pai, irmão, marido ou filho; condição de parentesco essa que desencoraja a vítima a prestar queixas, visto que há um vínculo institucional e afetivo que ela teme romper.

Outrossim, é válido salientar que a violência de gênero está presente em todas as camadas sociais, camuflada em pequenos hábitos cotidianos. Ela se revela não apenas na brutalidade dos assassinatos, mas também nos atos de misoginia e ridicularização da figura feminina em ditos populares, piadas ou músicas. Essa é a opressão simbólica da qual trata o sociólogo Pierre Bordieu: a violação aos Direitos Humanos não consiste somente no embate físico, o desrespeito está –sobretudo- na perpetuação de preconceitos que atentam contra a dignidade da pessoa humana ou de um grupo social.

Destarte, é fato que o Brasil encontra-se alguns passos à frente de outros países o combate à violência contra a mulher, por ter promulgado a Lei Maria da Penha. Entretanto, é necessário que o Governo reforce o atendimento às vítimas, criando mais delegacias especializadas, em turnos de 24 horas, para o registro de queixas. Por outro lado, uma iniciativa plausível a ser tomada pelo Congresso Nacional é a tipificação do feminicídio como crime de ódio e hediondo, no intuito de endurecer as penas para os condenados e assim coibir mais violações. É fundamental que o Poder Público e a sociedade – por meio de denúncias – combatam práticas machistas e a execrável prática do feminicídio.

Anexo 4 – Redação 3 (R3)

Conserva a Dor

O Brasil cresceu nas bases parternalistas da sociedade europeia, visto que as mulheres eram excluídas das decisões políticas e sociais, inclusive do voto. Diante desse fato, elas sempre foram tratadas como cidadãs inferiores cuja vontade tem menor validade que as demais. Esse modelo de sociedade traz diversas consequências, como a violência contra a mulher, fruto da herança social conservadora e da falta de conscientização da população.

Casos relatados cotidianamente evidenciam o conservadorismo do pensamento da população brasileira. São constantes as notícias sobre o assédio sexual sofrido por mulheres em espaços públicos, como no metrô paulistano. Essas ações e a pequena reação a fim de acabar com o problema sofrido pela mulher demonstram a normalidade da postura machista da sociedade e a permissão velada para o seu acontecimento. Esses constantes casos são frutos do pensamento machista que domina a sociedade e descende diretamente do paternalismo em que cresceu a nação.

Devido à postura machista da sociedade, a violência contra a mulher permanece na contemporaneidade, inclusive dentro do Estado. A mulher é constantemente tratada com inferioridade pela população e pelos próprios órgãos públicos. Uma atitude que demonstra com clareza esse tratamento é a culpabilização da vítima de estupro que, chegando à polícia, é acusada de causar a violência devido à roupa que estava vestindo. A violência se torna dupla, sexual e psicológica; essa, causada pela postura adotada pela população e pelos órgãos públicos frente ao estupro, causando maior sofrimento à vítima.

O pensamento conservador, machista e misógino é fruto do patriarcalismo e deve ser combatido a fim de impedir a violência contra aquelas que historicamente sofreram e foram oprimidas. Para esse fim, é necessário que o Estado aplique corretamente a lei, acolhendo e atendendo a vítima e punindo o violentador, além de promover a conscientização nas escolas sobre a igualdade de gênero e sobre a violência contra a mulher. Cabe à sociedade civil, o apoio às mulheres e aos movimentos feministas que protegem as mulheres e defendem os seus direitos, expondo a postura machista da sociedade. Dessa maneira, com apoio do Estado e da sociedade, aliado ao debate sobre a igualdade de gênero, é possível acabar com a violência contra a mulher.

Por um basta na violência contra a mulher

A violência contra a mulher no Brasil ainda é grande. Entretanto, deve haver uma distinção entre casos gerais (que ocorrem independentemente do sexo da vítima) e casos específicos. Os níveis de homicídios, assaltos, sequestros e agressões são altos, portanto, o número de mulheres atingidas por esse índice também é grande. Em casos que a mulher é vítima devido ao seu gênero, como estupros, abusos sexuais e agressões domésticas, as Leis Maria da Penha e do Femicídio, aliadas às Delegacias das Mulheres e ao Ligue 180 são meios de diminuir esses casos.

O sistema de segurança no Brasil é falho. Como a violência é alta e existe uma enorme burocracia, os casos denunciados e julgados são pequenos. Além do mais, muitas mulheres têm medo de seus companheiros ou dependem financeiramente deles, não contando as agressões que sofrem. Dessa forma, mais criminosos ficam livres e mais mulheres se tornam vítimas.

Alguns privilégios são necessários para garantir a integridade física e moral da vítima, como a Lei Maria da Penha, que é um marco para a igualdade de gênero e serve de amparo para todo tipo de violência doméstica e já analisou mais de 300 mil casos. Há também medidas que contribuem para reduzir assédios sexuais e estupros, como a criação do vagão feminino em São Paulo e a permissão para que ônibus parem em qualquer lugar durante a noite, desde que isso seja solicitado por uma mulher.

Também é alarmante os casos que envolvem turismo sexual. Durante a Copa do Mundo de 2014, houve um grande fluxo de estrangeiros para o Brasil. Muitos vêm apenas para se relacionar com as mulheres brasileiras, algo ilegal, que que prostituição é crime. Não bastasse, o pior é o envolvimento de menores de idade. Inúmeros motivos colocam crianças e adolescentes nessa vida, como o abandono familiar, o aliciamento por terceiros e até sequestros.

Portanto, para reduzir drasticamente a violência contra a mulher, deve ocorrer uma intensificação na fiscalização, através das Leis que protegem as vítimas femininas. No que se refere à punição dos criminosos, deve ocorrer o aumento das penas ou até atitudes mais drásticas, como a castração química de estupradores (garantindo a reincidência zero). Para aumentar o número de denúncias, a vítima deve se sentir protegida e não temer nada. Por isso, mobilizações sociais, através de propagandas e centros de apoio devem ser adotadas. Todas essas medidas culminariam em mais denúncias, mais julgamentos e mais prisões, além de diminuir os futuros casos, devido às prisões exemplares.

Anexo 6 – Redação 5 (R5)

(Sem título)

O feminismo é o movimento que luta pela igualdade social, política e econômica dos gêneros. Hodiernamente, muitas conquistas em prol da garantia dessas igualdades já foram alcançadas – a exemplo do direito ao voto para as mulheres, adquirido no Governo Vargas. Entretanto, essas conquistas não foram suficientes para eliminar o preconceito e a violência existentes na sociedade brasileira.

De acordo com o site “Mapa da Violência”, nas últimas três décadas houve um aumento de mais de 200% nos índices de feminicídio no país. Esse dado evidencia a baixa eficiência dos mecanismos de auxílio à mulher, tais como a Secretaria de Políticas para as mulheres e a Lei Maria da Penha. A existência desses mecanismos é de suma importância, mas suas ações não estão sendo satisfatórias para melhorar os índices alarmantes de agressões contra o, erroneamente chamado, “sexo frágil.”

Mas, apesar de ser o principal tipo, não é só agressão física a responsável pelas violências contra a mulher. Devido ao caráter machista e patriarcal da sociedade brasileira, o preconceito começa ainda na juventude, com o tratamento desigual dado a filhos e filhas – comumente nota-se uma maior restrição para o sexo feminino. Além disso, há a violência moral, ainda muito frequente no mercado de trabalho. Pesquisas comprovam que, no Brasil, o salário dado a homens e mulheres é diferente, mesmo com ambos exercendo a mesma função. Ademais, empresas preferem contratar funcionários do sexo masculino para não se preocuparem com uma possível licença maternidade.

É evidente, portanto, que ainda há entraves para garantir a segurança da mulher brasileira. Desse modo, o Estado deve, mediante a ampliação da atuação dos órgãos competentes, assegurar o atendimento adequado às vítimas e a punição correta aos agressores. Além disso, cabe às empresas a garantia de igualdade no espaço laboral, pagando um salário justo e admitindo funcionários pela sua qualificação, livre de preconceitos. Por fim, é dever da sociedade o respeito ao sexo feminino, tratando igualmente homem e mulher. Assim, alcançar-se-á uma sociedade igualitária e de harmonia para ambos os gêneros.

Anexo 7 – Redação 6 (R6)

(Sem título)

É inegável o fato de que, na sociedade brasileira contemporânea, a igualdade de gêneros é algo que existe apenas na teoria. Medidas como a criação da Lei Maria da Penha e da Delegacia da Mulher, apesar de auxiliarem na fiscalização contra a violência ao sexo feminino e na proteção das vítimas, são insuficientes e pouco eficazes, algo comprovado através da alta taxa de feminicídios ocorridos em nosso país, além dos enormes índices de relatos de vítimas de violência.

O aumento notório de crimes contra a mulher realizados na última década deve-se a inúmeros fatores. A completa burocracia presente nos processos de atendimento às vítimas de estupro, por exemplo, refuta mulheres que apresentam traumas e não recebem acompanhamento psicológico adequado, sendo orientadas a realizar o exame de corpo de delito, procedimento, por vezes, invasivo. Além disso, é comum que o relato da vítima tenha sua veracidade questionada, não recebendo a atenção necessária. Com o afastamento de possíveis denúncias, não há redução no número de assassinatos e de episódios violentos.

A cultura machista em que estamos inseridos dissemina valores como a culpabilização da vítima: muitas vezes, a mulher se cala porque pensa que é a culpada pela violência que sofre. Acredita-se, também, que apenas a violência física e sexual deve ser denunciada, ou que a opressão moral é algo comum. A passividade diante de tais situações cede espaço para o crescimento de comportamentos violentos dentro da sociedade.

Tendo em vista as causas dos altos índices de violência contra a mulher no Brasil, é necessário que haja intervenção governamental para aprimorar os órgãos de defesa contra tais crimes, de modo a tornar o atendimento mais rápido e atencioso. O mais importante, no entanto, é atingir a origem do problema e instituir em escolas aulas obrigatórias sobre igualdade de gênero, apresentando de forma mais simples conceitos desenvolvidos, por exemplo, por Simone de Beauvoir, de modo a desconstruir desde cedo ideias preconceituosas que são potenciais estimulantes para futuros comportamentos violentos.

Anexo 8 – Redação 7 (R7)

(Sem título)

A submissão da mulher em uma sociedade patriarcalista como a brasileira é um fato que tem origens históricas. Por todo o mundo, a figura feminina teve seus direitos cerceados e a liberdade limitada devido ao fato de ser considerada “frágil” ou “sensível”, ainda que isso não pudesse ser provado cientificamente. Tal pensamento deu margem a uma ampla subjugação da mulher e abriu portas a atos de violência a ela direcionados.

Nessa perspectiva, a sociedade brasileira ainda é pautada por uma visão machista. A liberdade feminina chega a ser tão limitada ao ponto que as mulheres que se vestem de acordo com as próprias vontades, expondo partes do corpo consideradas irreverentes, correm o risco de seres violentadas sob a justificativa de que “estavam pedindo por isso”. Esse pensamento perdura no meio social, ainda que muitas conquistas de movimento feministas – pautados no existencialismo da filósofa Simone de Beauvoir – tenham contribuído para diminuir a percepção arcaica da mulher como objeto.

Diante disso, as famílias brasileiras com acesso restrito à informação globalizada ou desavisadas a respeito dos direitos humanos continuam a pôr em prática atos atroz em direção àquela que deveria ser o centro de gravitação do lar. A violência doméstica, em especial física e psicológica, é praticada por homens com necessidade de autoafirmação ou sob influência de drogas (com destaque para o álcool) e faz milhares de vítimas diariamente no país. Nesse sentido, a criação de leis como a do feminicídio e Maria da Penha foram essenciais para apaziguar os conflitos e dar suporte a esse grupo antes marginalizado.

Paralelo a isso, o exemplo dado pelo pai ao violentar a companheira tem como consequência a solidificação desse comportamento psicológico dos filhos. As crianças, dotadas de pouca capacidade de discernimento, sofrem ao ver a mãe sendo violentada e têm grandes chances de se tornarem adultos violentos, contribuindo para a manutenção das práticas abusivas nas gerações em desenvolvimento e dificultando a extinção desse comportamento na sociedade.

Desde os primórdios, nas primeiras sociedades formadas na Antiguidade até hoje, a mulher luta por liberdade, representatividade e respeito. O Estado pode contribuir nessa conquista ao investir em ONGs voltadas à defesa dos direitos femininos e ao mobilizar campanhas e palestras públicas em escolas, comunidades e na mídia, objetivando a exposição da problemática e o debate acerca do respeito aos direitos femininos. É importante também a criação de um projeto visando a distribuição de histórias em quadrinhos e livros nas escolas,

conscientizando as crianças e jovens sobre a "igualdade de gênero" de forma interativa e divertida.

Anexo 9 – Redação 8 (R8)

Da teoria à prática

Desde o Iluminismo, já sabemos – ou deveríamos saber – que uma sociedade só progride quando um se mobiliza com o problema do outro. No entanto, quando se observa a persistência da violência contra a mulher no Brasil em pleno século XXI, percebe-se que esse ideal iluminista é verificado na teoria e não desejavelmente na prática. Muitos importantes passos já foram dados na tentativa de se reverter esse quadro. Entretanto, para que seja conquistada uma convivência realmente democrática, hão de ser analisadas as verdadeiras causas desse mal.

Em uma primeira abordagem, é importante sinalizar que, ainda que leis como a “Maria da Penha” tenham contribuído bastante para o crescimento do número de denúncias relacionadas à violência – física, moral, psicológica, sexual – contra a mulher, ainda se faz presente uma limitação. A questão emocional, ou seja, o medo, é uma causa que desencoraja inúmeras denúncias: muitas vezes, a suposta submissão econômica da figura feminina agrava o desconforto. Em outros casos, fora do âmbito familiar, são instrumentos da perpetuação da violência o medo de uma retaliação do agressor e a “vergonha social”, o que desestimula a busca por justiça e por direitos, peças-chave na manutenção de qualquer democracia.

Em uma análise mais aprofundada, devem ser considerados fatores culturais e educacionais brasileiros. Por muito tempo, a mulher foi vista como um ser subordinado, secundário. Esse errôneo enraizamento moral se comunica com a continuidade da suposta “diminuição” da figura feminina, o que eventualmente acarreta a manutenção de práticas de violência das mais variadas naturezas. A patriarcal cultura verde-amarela, durante muitos anos, foi de encontro aos princípios do Iluminismo e da Revolução Francesa: nesse contexto, é fundamental a reforma de valores da sociedade civil.

Torna-se evidente, portanto, que a persistência da violência contra a mulher no Brasil é grave e exige soluções imediatas, e não apenas um belo discurso. Ao Poder Judiciário, cabe fazer valer as leis já existentes, oriundas de inúmeros discursos democráticos. A mídia, por meio de ficções engajadas, deve abordar a questão instigando mais denúncias – cumprindo, assim, o seu importante papel social. A escola, instituição formadora de valores, junto às Ong's, deve promover palestras a pais e alunos que discutam essa situação de maneira clara e eficaz. Talvez

dessa forma a violência contra a mulher se faça presente apenas em futuros livros de história e a sociedade brasileira possa transformar os ideais iluministas em prática, e não apenas em teoria.

Anexo 10 – Redação 9 (R9)

(Sem título)

A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira é um problema muito presente. Isso deve ser enfrentado, uma vez que, diariamente, mulheres são vítimas dessa questão. Nesse sentido, dois aspectos fazem-se relevantes: o legado histórico cultural e o desrespeito às leis.

Segundo a História, a mulher sempre foi vista como inferior e submissa ao homem. Comprova-se isso pelo fato de elas poderem exercer direitos políticos, ingressarem no mercado de trabalho e escolherem suas próprias roupas muito tempo depois do gênero oposto. Esse cenário, juntamente aos inúmeros casos de violência contra as mulheres, corroboram a ideia de que elas são vítimas de um legado histórico-cultural. Nesse ínterim, a cultura machista prevaleceu ao longo dos anos a ponto de enraizar-se na sociedade contemporânea, mesmo que de forma implícita, à primeira vista.

Conforme previsto pela Constituição Brasileira, todos são iguais perante à lei, independente de cor, raça ou gênero, sendo a isonomia salarial, aquela que prevê mesmo salário para os que desempenham mesma função, também garantida por lei. No entanto, o que se observa em diversas partes do país, é a gritante diferença entre os salários de homens e mulheres, principalmente se estas foram negras. Esse fato causa extrema decepção e constrangimento a elas, as quais sentem-se inseguras e sem ter a quem recorrer. Desse modo, medidas fazem-se necessárias para solucionar a problemática.

Diante dos argumentos supracitados, é dever do Estado proteger as mulheres da violência, tanto física quanto moral, criando campanhas de combate à violência, além de impor leis mais rígidas e punições mais severas para aqueles que não as cumprem. Some-se a isso investimentos em educação, valorizando e capacitando os professores, no intuito de formar cidadãos mais comprometidos em garantir o bem-estar da sociedade como um todo.

Anexo 11 – Redação 10 (R10)

(Sem título)

Mesmo com a vigência da Lei Maria da Penha, com a criminalização do feminicídio na última década, o aumento percentual do número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil persiste. Tipificada pela violência física, moral, psicológica ou sexual, a violação dos direitos femininos tem suas raízes em construções sociais e culturais, incorporadas como legítimas, que precisam ser desfeitas, pois, do contrário, o ideal de indistinção no gozo dos direitos fundamentais do cidadão não se consolidará.

A crença na subalternidade feminina é construída socialmente. A filósofa Simone de Beauvoir corrobora isso ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Os dizeres de Beauvoir revelam como a associação da figura feminina a determinados papéis não é condicionada por características biológicas, mas por pré-determinações sociais. Seguindo essa linha de pensamento, é usual, por exemplo, que mulheres que exerçam profissões tradicionalmente associadas a homens, como a de motorista, sofram preconceito no ambiente de trabalho e sejam violentadas psicologicamente.

Além disso, a continuidade de práticas violentas contra a mulher é favorecida pelo que o pensador Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica. Nesse tipo de violência, a sociedade passa a aceitar como natural as imposições de um segmento social hegemônico, neste caso, o gênero masculino, causando a legitimação da violação de direitos e/ou da desigualdade. Nesse contexto, urge a tomada de medidas que visem mitigar a crença de que as mulheres são inferiores. Para isso, cabe à sociedade civil organizada, o terceiro setor, a realização de palestras que instruam acerca da igualdade entre os gêneros. Ao poder público, cabe instituir a obrigatoriedade de participação masculina em fóruns, palestras e seminários que discorram acerca da importância do respeito às mulheres.

Procedendo-se assim, casos como o da francesa Olympe de Gouges, guilhotinada na Revolução Francesa por exigir direitos femininos, ficarão apenas como o símbolo de um passado em que os Direitos Humanos não eram para todos.

Anexo 12 – Redação 11 (R11)

(Sem título)

A violência contra a mulher no Brasil tem apresentado aumentos significativos nas últimas décadas. De acordo com o mapa da violência de 2012, o número de mortes por essa causa aumentou em 230% no período de 1980 a 2010. Além da física, o Balanço de 2014 relatou cerca de 48% de outros tipos de violência contra a mulher, dentre esses a psicológica. Nesse âmbito, pode-se analisar que essa problemática persiste por ter raízes históricas e ideológicas.

O Brasil ainda não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal. Isso se dá porque, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. Contrariando a célebre frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, a cultura brasileira, em grande parte, prega que o sexo feminino tem a função social de se submeter ao masculino, independentemente de seu convívio social, capaz de construir um ser como mulher livre. Dessa forma, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados, por estarem dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado. Consequentemente, a punição para esse tipo de agressão é dificultada pelos traços culturais existentes, e, assim, a liberdade para o ato é aumentada.

Além disso, há o estigma do machismo na sociedade brasileira. Isso ocorre porque a ideologia da superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino reflete no cotidiano dos brasileiros. Nesse viés, as mulheres são objetificadas e vistas apenas como fonte de prazer para o homem, e são ensinadas desde cedo a se submeterem aos mesmos e a serem recatadas. Dessa maneira, constrói-se uma cultura do medo, na qual o sexo feminino tem medo de se expressar por estar sob a constante ameaça de sofrer violência física ou psicológica de seu progenitor ou companheiro. Por conseguinte, o número de casos de violência contra a mulher reportados às autoridades é baixíssimo, inclusive os de reincidência.

Pode-se perceber, portanto, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. Para que essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar sua capacidade de propagação de informação para promover a objetificação da mulher e passe a usá-la para difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão contra o sexo feminino. Ademais, é preciso que o Poder Legislativo crie um projeto de lei para

aumentar a punição de agressores, para que seja possível diminuir a reincidência. Quem sabe, assim, o fim da violência contra a mulher deixe de ser uma utopia para o Brasil.

Anexo 13 – Redação 12 (R12)

(Sem título)

Permeada pela desigualdade de gênero, a história brasileira deixa clara a posição inferior imposta a todas as mulheres. Essas, mesmo após a conquista do acesso ao voto, ensino e trabalho – negado por séculos – permanecem vítimas da violência, uma realidade que ceifa vidas e as priva do direito a terem sua integridade física e moral protegida.

O machismo e a misoginia são promovidos pela própria sociedade. Meninas são ensinadas a aceitar a submissão ao posicionamento masculino, ainda que estejam incluídas agressões e violência, do abuso psicológico ao sexual. Os meninos, por sua vez, têm seu caráter construído à medida que absorvem valores patriarcais e abusivos, os quais serão refletidos em suas condutas ulteriores.

Um dos conceitos filosóficos de Francis Bacon, que declara o comportamento humano como contagioso, se aplica perfeitamente à situação. A violência de gênero, conforme permanece a ser reproduzida, torna-se enraizada e frequente. Concomitantemente, a voz das mulheres é silenciada e suas manifestações são reprimidas, o que favorece o mantimento das atitudes misóginas.

O ensino veta todo e qualquer tipo de instrução a respeito do feminismo e da igualdade de gênero e contribui com a perpetuação da ignorância e do conseqüente preconceito. Ademais, os veículos de comunicação pouco abordam a temática, enquanto o Estado colabora com a Lei Maria da Penha, nem sempre eficaz, e com unidades da Delegacia da Mulher, em número insuficiente.

Entende-se, diante do exposto, a real necessidade de ações governamentais que garantam que a lei puna todos os tipos de violência, além da instalação de delegacias específicas em áreas necessitadas. Cabe à sociedade, em parceria com a mídia e com as escolas, instruções sobre igualdade de gênero e campanhas de oposição à violência contra as mulheres. Essas, por fim, devem permanecer unidas, através do feminismo, em busca da garantia de seus direitos básicos e seu bem-estar social.

Anexo 14 – Redação 13 (R13)

(Sem título)

Na revolução de 1930, paulistas insatisfeitos com a falta do poder político que detinham na República do café com leite usaram a falta de uma constituição para se rebelar contra o governo Vargas. O presidente, cedendo às pressões, garantiu na nova Constituição um direito nunca antes conquistado pela mulher: o direito ao voto. A inclusão da mulher na sociedade como cidadã, porém, não foi o suficiente para deter o pensamento machista que acompanhou o Brasil por tantos séculos – fato evidenciado nos índices atuais altíssimos de violência contra a mulher.

De acordo com o Mapa da Violência de 2012, entre 1980 e 2010 houve um aumento de 230% na quantidade de mulheres vítimas de assassinato no país; além disso, 7 de cada 10 mulheres que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido violentadas pelos companheiros. Em países como o Afeganistão, a mulher que trai o marido é enterrada até que somente a cabeça fique à mostra e, então, é apedrejada; apesar de reagirmos com horror perante tal atrocidade, um país que triplica a quantidade de mulheres mortas em 30 anos deve ser tratado com igual despeito quando se trata do assunto. Apesar de acharmos que a mentalidade do povo melhora com o passar do tempo, a mentalidade brasileira mostra crescente atraso quanto à igualdade de direitos entre os gêneros, e tal mentalidade leva a fatalidades que deveriam ser raras em pleno século XXI.

Uma pesquisa feita pela Rede Globo mostrou que, entre homens e mulheres entrevistados, mais da metade afirmou que mulheres que vestem roupas curtas merecem ser abusadas sexualmente. A violência contra a mulher começa exatamente com as regras implícitas que a sociedade impõe: se a mulher não seguir tal regra, merece ser violentada. Portanto, apesar de todos os direitos conquistados constitucionalmente pelo sexo feminino, normas culturais que passam entre gerações fazem o pensamento conservador e machista se perpetuar e ser a justificativa para as atrocidades físicas e psicológicas cometidas contra a mulher.

Muitas vezes presa a um relacionamento de muito tempo, a mulher aceita a condição à qual é submetida e se nega a procurar algum tipo de ajuda. A mudança

deve acontecer de três formas: primeiramente, a mulher não pode deixar-se levar pelo pensamento machista da sociedade e deve entender que não há justificativa para a agressão; pessoas que têm conhecimento de mulheres que aceitam a violência, por sua vez, devem telefonar para o Ligue 180 com ou sem o consentimento da vítima; e, por fim, a geração atual deve preocupar-se em deixar de transmitir culturalmente a ideia de que o gênero feminino é inferior. Para que as gerações seguintes vivam em um país igualitário, a mudança começa agora.

Anexo 15 – Redação 14 (R14)

(Sem título)

“A história da humanidade é a história da luta...” das mulheres. Karl Marx, filósofo e sociólogo alemão, baseou seu pensamento na extinção gradual das classes sociais e das diferenças presentes na sociedade moderna. Analogamente, percebe-se, no âmbito das relações sociais humanas, a presença de um grupo que não foge à luta por seus direitos: a população feminina. Por viverem em um país patriarcal — herança herdada dos tempos do Império — as mulheres brasileiras permanecem à deriva da sociedade. Levando isso em consideração, recebem maus tratos e são menosprezadas por homens e chefes de famílias.

Na ótica aristotélica, a mulher é concebida como a encarnação de um homem ruim. Este fato talvez justifique o alto índice de violência contra o espírito feminino em voga no Brasil, subjugado por homens e até mesmo mulheres que desrespeitam a igualdade do gênero. Segundo o Mapa da Violência de 2012, milhares de mulheres foram assassinadas, como também muitas delas sofreram com os mais diversos tipos de agressão, incluindo agressões de caráter físico, com predomínio de 51,68% dos casos.

Entretanto, existem movimentos e organizações que têm como compromisso a redução dos descasos com a figura da mulher, como a campanha contra o femicídio, que une cidadãs em prol do combate ao patriarcalismo que impera na sociedade brasileira. Infelizmente, nem toda comunidade feminina se junta e segue esses princípios. Geralmente, as mulheres aceitam a dominação e, no viés de Max Weber, só há dominação se houver aceitação.

Não se deve esquecer que as atitudes femininas são sutis, levando-as a questionarem o poderio de uma denúncia a uma delegacia de polícia mais próxima. Portanto, com o intuito de atenuar os maus tratos e a submissão da mulher na contemporaneidade, cabe ao Estado a fiscalização da Lei Maria da Penha e também a aplicação da mesma com maior rigor. Além disso, é papel da sociedade a criação de fóruns de discussão sobre os direitos da mulher, inspirados em grandes figuras adeptas à valorização feminina, como Frida Kahlo e Simone de Beauvoir. Cabe à mídia a divulgação de casos de violência doméstica, via televisão e internet, que promoverão a conscientização da sociedade a respeito do quanto a mulher tem valor.